

Avaliação da aprendizagem, sim! Prova para quê?

Learning Assessment. Yes! Exams, What For?

Ivo José Both¹

¹ Doutor em Educação, área de concentração: Política Educacional, professor e pesquisador na educação superior – Faculdade Internacional de Curitiba (Facinter).

RESUMO

Este texto é fruto de vários anos de experiência em avaliação da aprendizagem e em resultados de pesquisas que corroboram as convicções aqui expostas. O trabalho procura reafirmar a importância da avaliação como processo mediador da melhoria da aprendizagem, mas, ao mesmo tempo, põe em questão o valor pedagógico da prova. Autores que prestam apoio de sustentação ao tema são: Demo (1995), Luckesi (2004) e Santos e Santos (2001). Resultados que emanaram tanto de experiências de avaliação quanto de provas revelam que a avaliação contribui efetivamente para a melhoria da aprendizagem e do desempenho e que a prova, por sua vez, não beneficia a aprendizagem de forma direta e, por isso mesmo, seus resultados não devem ser expressos por meio de notas ou conceitos.

Palavras-chave: Avaliação. Prova. Aprendizagem. Desempenho. Notas ou conceitos.

ABSTRACT

This text is the fruit of several years' experience of evaluating learning and results of researches that corroborate the convictions shown in this work. The work seeks to reaffirm the importance of the evaluation as mediation process of improving learning, but, at the same time, it calls into question the pedagogic value of exams. Authors that helped sustain the theme of this work: Demo, Luckesi and Santos. Results that emanated both from evaluation and exam experiences reveal: that the evaluation effectively contributes to the improvement of learning and performance; that exams, in turn, do not benefit learning in a direct way, for that reason, their results should not be expressed through grades or concepts.

Key-words: Evaluation. Exam. Learning. Performance. Grades or Concepts.

APRESENTAÇÃO

Numa primeira leitura, a interpretação do tema do trabalho pode, até, gerar certa controvérsia; no entanto, quando bem aquilatado e analisado, ele poderá revelar convicções pedagógicas que, até a presente data, representavam tabu em meios escolares e acadêmicos quanto à sua defesa explícita.

Não é pretensão nossa declarar “terra arrasada” ante a incondicional defesa de avaliação da aprendizagem como processo, pedagogicamente adequado, para auferir o nível de conteúdo assimilado e o desempenho demonstrado pelo aluno, em comparação à prova, que verifica de forma predominantemente quantitativa o rendimento escolar.

Este texto é fruto de resultados de pesquisa que se sucederam ao longo da vida acadêmica e das experiências incessantes do autor na relação entre avaliação e aprendizagem.

O texto igualmente analisará, de forma comparativa, os conceitos de avaliação e prova, com vistas a facilitar o entendimento com relação às diferenças pedagógicas exercidas por ambas as variáveis educativas.

Por fim, tornar-se-á nítida a prevalência da ação pedagógica de avaliação quando comparada à de prova num contexto educacional, o que permite sustentar a convicção inerente ao tema do trabalho: “Avaliação da aprendizagem, sim! Prova, para quê?”.

1. A avaliação é processual porque transcorre de modo formativo e contínuo

Nada do que é descontínuo pode ser considerado processual. O caráter de descontinuidade de uma ação não se presta para iniciativas educacionais de consistência pedagógica duradoura.

A descontinuidade de uma ação dita pedagógica ou, melhor dizendo, o descompromisso com a perenidade de ações educacionais consistentes que visam a iniciativas pedagógicas de longo alcance não se coaduna com o processo educacional de resultados pertinentes e duradouros.

O caráter processual de avaliação pode ser comparado a um elástico que, mesmo sendo esticado em ação contínua, não rompe, caracterizando contínua consistência elástica. Mas, rompendo-se, o elástico torna-se efêmero, inconsistente.

A avaliação, na medida em que conserva a sua processualidade “elástica”, inspira resultados contínuos e duradouros.

O modo formativo com que a avaliação se apresenta nos meios educacionais faz dela um requisito fundamental para o desenvolvimento integral do ser humano.

Veja-se que a avaliação como processo formativo revela-se, como procedimento de aprendizagem, com variações educativas diversas, a saber:

- A avaliação faz o aluno repensar a sua aprendizagem. Assimilar conhecimentos não constitui, simplesmente, tarefa mecânica de tomar posse de novas ideias que facilitem a aprendizagem. Tomar posse de novos e renovados conhecimentos também sugere ato de vontade positivo de entender que a soma de conhecimentos faz com que a sabedoria se torne fato consumado na história de educação de cada ser aprendente.
- A avaliação facilita a aprendizagem. Tem a avaliação a faculdade de cumprir missão de se imiscuir em terrenos férteis do ser humano, com vistas a prepará-los e fertilizá-los ainda mais, para que a aprendizagem possa brotar e se desenvolver com frutos de primeira qualidade. Aprender não é simplesmente tomar posse de conhecimentos, é saber selecioná-los com o objetivo de que frutifiquem e prosperem, propiciando a dignidade ao ser humano e a sustentando.
- A avaliação possibilita ao aluno concluir que ela, em vez de causar medos, é um convite a ele para organizar o seu método de aprendizagem. Talvez uma das primeiras missões dos pais e de professores, em cada nova empreitada educativa, devesse ser a de levar os filhos/alunos a formarem convicção plena de que o objetivo de cada ação avaliativa é o de facilitar a aprendizagem, e não de lhes causar medos ante as cobranças que ela lhes propicia. Os medos diante da avaliação desaparecem tanto mais rapidamente à medida que as ações avaliativas demonstrarem suficiente credibilidade de que o objetivo da boa aprendizagem está acima da ganância acadêmica de querer saber quanto o aluno sabe ou não sabe.
- A avaliação dá a entender ao aluno que a boa aprendizagem somente ocorre com excelente processo avaliativo. Saber avaliar é, primeiramente, saber o que é e para que serve a avaliação. Manter domínio claro sobre o conceito de avaliação constitui pontapé inicial para uma boa aprendizagem. Na medida em que o ato de avaliar auxilia o aluno a descobrir quais são os melhores caminhos

Avaliação da aprendizagem, sim! Prova para quê?

que o levam à aprendizagem, ele – o ato de avaliar – já terá cumprido um dos seus principais objetivos: o de perscrutar a aprendizagem. Ao mesmo tempo em que o aluno assume a convicção de que descobriu o seu melhor caminho que leva à aprendizagem, grande parte do caminho também estará traçado para um transcurso escolar de muita prosperidade.

- A avaliação faz transparecer a convicção de que avaliar também sugere o emprego de metodologia de pesquisa para a obtenção de informações, que possibilitem tomar iniciativas que favoreçam a aprendizagem. Por isso mesmo, uma das grandes “tacadas” do meio educacional talvez seja a de tomar consciência de que a metodologia de avaliação mantém grande semelhança com a metodologia de pesquisa. Comparando as duas metodologias, podem-se realizar algumas inferências, como:
 - a) ao passo que a metodologia de pesquisa coleta informações que facultem resultados significativos para o desenvolvimento do trabalho que o tema proposto sugere, a metodologia de avaliação busca as melhores informações a respeito do nível de desempenho do aluno, com vistas a tomadas de decisões, sendo necessária;
 - b) a metodologia de pesquisa também se apropria de informações que sugerem busca de fundamentação teórica e prática de sustentação ao tema proposto, ao passo que a metodologia de avaliação vale-se de informações consistentes com relação ao desempenho do aluno, tendo em vista o redimensionamento de atitudes pedagógicas a ser tomado pelo professor, uma vez confirmada essa necessidade.

Uma vez formativa, a avaliação processual igualmente necessita da condição de continuidade, para que a essencial consistência de conhecimentos se estabeleça para o aluno.

“Continuidade” e “processo” são nomenclaturas que, na prática, assemelham-se, pois é condição de processo em educação a continuidade na execução e na consequência lógica. Assim mesmo, o termo “continuidade” se faz presente em educação, com vistas a:

- garantir apoio à exequibilidade de avaliação como processo. A possibilidade de camuflar a avaliação em seu modo processual já se fez real em várias

oportunidades. Em oposição a essas tentativas de camuflagem é que se sugere formalizar contrapartida pedagógica contundente;

- formalizar a avaliação como processo ímpar de fomento e de facilitação da aprendizagem. Não se tem notícia de outra iniciativa pedagógica mais contundente para fomentar e facilitar a aprendizagem do que a ação avaliativa.

Formativa e contínua, a avaliação, em sua forma processual, transpassa de modo inequívoco todos os meandros educacionais, em busca de aprendizagem ao alcance de todos.

2. A prova é periódica porque transcorre de forma somativa e descontínua

Se anteriormente foi tomado o elástico em sua forma contínua que nunca arrebenta, mesmo quando esticado à exaustão, para exemplificar a modalidade processual da avaliação, da mesma forma toma-se, agora, vários elásticos independentes para exemplificarem a periodicidade (descontínua) da avaliação.

Com base no parágrafo anterior, tem-se boa compreensão a respeito da diferença existente entre forma processual e periódica, quando do trato no desenvolvimento educacional.

Especificamente, a forma somativa e descontínua de prova, em sua prática periódica, deixa antever algumas particularidades que não se coadunam com a forma processual de ser da avaliação:

- Prova é uma variável educacional que expressa, preferencialmente, resultados numéricos de desempenho. Sabe-se que resultados de desempenho expressos numericamente não são de todo desprezíveis em âmbito educacional, quando, por exemplo, analisados comparativamente, mas que, por si só, não representam evolução gradual nem constante.
- Por meio da prova, não se torna possível demonstrar caminhos que levam à aprendizagem. Resultados numéricos que demonstram algum produto de desempenho caracterizam-no friamente, de forma periódica, sem apontarem caminhos nítidos que conduzem à aprendizagem.

Avaliação da aprendizagem, sim! Prova para quê?

- Prova ocorre pontualmente, excluindo a processualidade que caracteriza exigências educativas. A periodicidade de prova não consegue traçar, por meio de dados quantitativos, por si só, uma linha que revele constância evolutiva escolar.

Provas podem ser aplicadas para fins de incentivo à aprendizagem, mas não como ação pedagógica, para a demonstração de desempenho.

3. Avaliação e prova: o que as diferencia?

Até a esta altura do texto, algumas considerações a respeito da singularidade conceitual de avaliação e de prova já foram reveladas, mas que ainda não esgotam de toda a expressão da verdade.

Dessa forma, seguem-se apontamentos que, por vezes, demonstram antagonismos e, em outros momentos, aproximações no trato de iniciativas pedagógicas com fins de desenvolvimento educacional. Por isso, não se trata de dar valorização privilegiada, por si só, à avaliação, em detrimento de prova, mas, sim, de apontar diferenças pedagógicas entre as duas, a fim de que o professor tenha melhor compreensão funcional a respeito de cada uma.

Eis algumas diferenças de ação pedagógica contudentes entre avaliação e prova:

- A avaliação coloca-se a serviço da aprendizagem, identificando a sua consistência pedagógica, bem como, aponta-lhe a tomada de novos direcionamentos, quando necessário; a prova procura demonstrar, de forma quantitativa, os avanços no domínio de conhecimentos pelo aluno, sem redirecionar formalmente novos rumos à aprendizagem, por insuficiente condição de domínio pedagógico.
- A avaliação procura ser ponto de equilíbrio entre a aprendizagem, simplesmente, e a boa aprendizagem; a prova, quando tenta tomar semelhante iniciativa, descaracteriza-se como prova, não atingindo os mesmos objetivos que a avaliação.
- O emprego de avaliação, para identificar o nível de aprendizagem e de desempenho do aluno, exige do avaliador familiaridade com amplo domínio de concepções pedagógicas; a aplicação de prova para apontar nível de domínio

BOTH, Ivo José

de conhecimentos requer do verificador alguma habilidade na formulação de questões de prova, e nada mais.

- A influência pedagógica por meio da avaliação em questões educacionais ocorre com amplo conhecimento de causa; a prova não consegue imprimir consequências pedagógicas em sua intervenção, por insuficiente formação (pedagógica) dos seus interlocutores.
- A avaliação, pela sua intervenção metódica e perene, não causa angústia ao estudante; a prova, pela sua intervenção periódica de cobrança, causa medos que geram insegurança psicológica ao aluno.

Pelas diferenças pedagógicas de causa e efeito detectadas entre avaliação e prova, pode-se inferir que elas poderão nem sempre ser de todo antagônicas em nível educacional, em especial quando a prova constitui-se como fornecedora de resultados – ainda que numéricos – à avaliação, para que esta – e só ela – os transforme em componentes pedagógicos.

A prova, especificamente, poderá, sim, manifestar algum valor pedagógico, por meio de iniciativas de foro educativo, sem que disso demande nota ou conceito, quando:

- empregada para fins de verificação da qualidade:
 - a) de planos de aula elaborados pelo professor, com o objetivo de proporcionar bom ensino-aprendizagem ao aluno;
 - b) de planos de estudo, elaborados pelo aluno, que visem à melhoria de sua aprendizagem e de seu desempenho.
- empregada para fins de verificação da qualidade:
 - a) dos programas de avaliação institucional, em instituições dos diversos níveis escolares, elaborados para fins de melhoria das condições de trabalho e de desempenho dessas comunidades escolares;
 - b) dos projetos pedagógicos elaborados pelas instituições dos diversos níveis escolares, com vistas ao seu planejamento, à sua execução e ao seu acompanhamento.

Avaliação da aprendizagem, sim! Prova para quê?

Respeitados os respectivos objetivos funcionais, avaliação e prova formam um conjunto de esforços mutuamente colaborativos, em condições de favorecer positivamente todo o sistema nacional de educação.

4. Licenciatura e bacharelado: onde as diferenças de formação pedagógica se escancaram

Não se atribui culpa imediata aos docentes que qualificam estudantes com emprego de poucos ingredientes pedagógicos, mas lastima-se que, em sua própria qualificação acadêmica, tenha-lhes sido “negada” tal formação.

A maior ou menor presença – ou a carência – de teor pedagógico demonstrado de um curso de educação superior para outro deve-se à respectiva condição de formação em licenciatura ou em bacharelado. Assim sendo, não se torna demérito do professor demonstrar reduzido domínio de componentes metodológicos e pedagógicos pelo fato de ter concluído um curso da modalidade de bacharelado, mas, sim, à caracterização curricular de tal curso.

Um curso de licenciatura caracteriza-se, prioritariamente, pela formação de recursos humanos, cuja grade curricular encontra-se eivada de componentes tanto metodológicos quanto pedagógicos, o que não ocorre com a grade curricular de cursos de bacharelado.

Para um melhor entendimento da dualidade formadora entre curso de licenciatura e de bacharelado, tome-se o exemplo a seguir.

Um profissional formado em curso de Engenharia Civil (bacharelado) é, por excelência, um bom engenheiro no trato da construção civil, por exemplo. No entanto, ao exercer paralelamente a função docente, ele não deixa de ser engenheiro, mas é, igualmente, professor.

Veja-se que, como engenheiro, a grade curricular do curso de bacharelado em Engenharia priorizou-lhe formação técnica. Mas, como professor, esse profissional se ressentia de formação pedagógica para o exercício das lides em ambiente escolar. Por esse motivo, para remediar essa defasagem pedagógica, são ofertados, aos profissionais com formação em cursos de bacharelado, cursos de complementação ao magistério superior, como tentativas de supri-los com disciplinas carregadas de teor pedagógico.

5. Em cursos da modalidade presencial ou a distância, a avaliação provoca *plus* pedagógico sem igual

Aqui não se trata de abominar a prova indiscriminadamente, para quem dela pretender se utilizar, mas, por outro lado, pretende-se reafirmar a avaliação como o processo de identificação do nível de desempenho e de facilitação da aprendizagem, cujos resultados pedagógicos são incomensuráveis.



Figura 1 – De avaliação emana maior equilíbrio pedagógico do que de prova

Tanto em cursos da modalidade presencial como nos a distância, já existem diversas experiências de avaliação que permitem aos educadores abdicar de provas para fins de averiguação do desempenho do aluno.

É bem verdade que a aplicação de processo de avaliação exige do educador empenho e tempo bem superiores aos empregados na elaboração e na aplicação de instrumentos de prova objetiva, por exemplo.



Figura 2 – Prova: incentivo ao desempenho, com malabarismo pedagógico.

Avaliação da aprendizagem, sim! Prova para quê?

Mesmo que a aplicação de avaliação cause maior dispêndio de tempo e, quiçá, de recursos de diversa ordem, o valor pedagógico daí resultante supera significativamente o das provas.

A prova poderá reservar para si a incumbência de incentivo à aprendizagem, sem que para tal se aplique nota ou conceito. De fato, pelo baixo valor pedagógico que a prova imprime, deve ela ser preservada de nota ou conceito em processo educacional.

Torna-se possível aceitar a prova quando as notas que dela demandam não se prestam para a obtenção de médias acadêmicas ou escolares, mas, apenas, para incentivo à aprendizagem.

Se a prova pode eventualmente favorecer a aprendizagem, a avaliação, além de favorecê-la, afirma-a e lhe dá consistência pedagógica.

Para Demo (1995, p. 195), “[...] é fundamental compor a avaliação com a aprendizagem, uma vez que esse é o seu significado essencial. Avaliar não só para classificar, mas para acompanhar a evolução da aprendizagem do aluno”.

Por sua vez, Luckesi (2004, p. 4-6) enfatiza que “as provas são recursos técnicos vinculados aos exames, e não à avaliação”.

Para Santos e Santos (2001), no entanto, “[...] a prova é um instrumento de “verificação” e não de “avaliação” da aprendizagem”.

Tanto Demo quanto Luckesi e Santos e Santos deixam transparecer uma função pedagógica mais relevante no caso da avaliação no contexto educacional do que no caso da prova.

6. Tomar decisões com base em resultados de avaliação é ato de coragem e de convicção acadêmica e escolar

De toda avaliação, seja acadêmica (educação superior), seja escolar (demais níveis escolares), demandam decisões a serem tomadas, com vistas à melhoria do desempenho e da aprendizagem do aluno.

Tais decisões devem ser pedagogicamente corretas, para que os seus efeitos positivos influenciem genérica e individualmente no nível educacional dos membros da academia e dos estabelecimentos escolares.

Para um discernimento cabal sobre a importância pedagógica e os possíveis efeitos educativos advindos de tomadas de decisão baseadas em resultados avaliativos, observe-se que:

- das tomadas de decisão podem partir orientações de redimensionamento de planos, programas, projetos e atividades para o suprimento de deficiências educativas;
- das tomadas de decisão podem exarar iniciativas de reorganização de atividades pedagógicas que venham a beneficiar os diferentes níveis escolares;
- das tomadas de decisão poderá ser concretizada a integração dos objetivos dos planos nacional, estadual e municipal de educação.

Tomadas de decisão baseadas em resultados avaliativos sugerem cumprimento de orientações que visem a beneficiar iniciativas educativas necessárias nos diferentes níveis escolares.

7. A avaliação contempla abertura de espaços para a proposição de variadas iniciativas com caracterização processual

Possivelmente seja a avaliação o processo educativo mais colaborativo e que dê maior abertura para iniciativas com fins de melhoria de aprendizagem e de desempenho escolar.

Dessa forma, coloca-se a avaliação como ponto de partida para a promoção de incentivo ao apontamento de novas e renovadas iniciativas educacionais, por conta de quem quer que seja, tendo em vista:

- melhorar de forma generalizada o desempenho dos professores nos diferentes níveis escolares;
- melhorar as condições de trabalho dos professores;
- livrar paulatinamente o ensino fundamental da pecha de ostentar uma das últimas posições em termos de qualidade, quando comparado ao mesmo nível de ensino em outros países da América Latina;
- zerar os índices de analfabetismo;
- tornar realidade o desenvolvimento de espírito crítico e científico desde o primeiro ano letivo, em todos os níveis escolares.

São essas algumas das iniciativas em âmbito educacional que poderão merecer amparo pedagógico da avaliação.

Este item do presente texto tem por objetivo estabelecer, nas comunidades acadêmica (educação superior) e escolar (demais níveis escolares), debate sobre as múltiplas iniciativas educacionais que podem ser agendadas com base no posicionamento da avaliação como um dos principais interlocutores da educação.

A função de interlocução da avaliação tem a sua circunscrição ampliada à medida que forem sendo detectados novos campos de influência e que a conotação de processualidade for se manifestando.

Assim sendo, ao longo deste trabalho foi-se percebendo que a abrangência do campo de “contaminação”, como por osmose, da avaliação vai muito além do âmbito da facilitação da aprendizagem e da melhoria de desempenho do aluno, assim como circunscreve a sua influência positiva:

- em manifestações educacionais ou não, que demonstrem algum caráter processual;
- em resultados que permitam o processo de “metamorfose” de uma realidade meramente quantitativa para uma de contextos qualitativos.

Nem a academia (educação superior) nem os demais níveis escolares se deram conta de toda a intervenção, a “contaminação” e a transformação de que a avaliação (processual) é capaz.

Tal capacidade “coercitiva” da avaliação possivelmente merece inspirar a comunidade educacional a extinguir os medos em relação a ela, reconhecendo-lhe a vocação transformadora e multiplicadora no meio educacional, com foco especial na elaboração de conhecimentos, na facilitação da aprendizagem e na melhoria de desempenho.

Considerações finais

Neste trabalho, procurou-se expor a dimensão mais apropriada possível à avaliação, em sua ação facilitadora da aprendizagem e da melhoria do desempenho do aluno.

BOTH, Ivo José

Para facilitar a compreensão dessa realidade pedagógica, procurou-se externar esforço comparativo entre funções próprias da avaliação e da prova.

Não foi pretensão, ao longo deste trabalho, declarar “terra arrasada” para a prova, que milenarmente vem sendo defendida e empregada como um dos instrumentos principais de identificação do nível de desempenho do aluno.

Procurou-se, isso sim, dar-lhe o devido valor como instrumento de incentivo à aprendizagem e à melhoria de desempenho, mas de maneira que dessa demanda não resulte nem nota, nem conceito – o que deverá ser função da avaliação, quando for o caso.

Aliás, certamente a nota ou o conceito não deveriam, jamais, marcar presença em ambiente acadêmico e escolar como expressão de resultados educacionais decorrentes de processo de avaliação, pela sua reduzida capacidade de representação do nível de assimilação da aprendizagem e do desempenho demonstrado pelo aluno.

Nota e conceito não constituem expressão cabal da verdade, uma vez que conseguem apenas significar referências aproximadas da evolução demonstrada pelo aluno na elaboração de novos e renovados conhecimentos, na assimilação de aprendizagem e na melhoria de desempenho.

Igualmente, foi enfatizada a capacidade de desenvoltura da avaliação em sua relação não somente com os meios acadêmicos e escolares, mas, também, com as variadas iniciativas sociais que demonstram conotação processual em suas ações.

REFERÊNCIAS

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. 5. ed. São Paulo: Autores Associados, 1995.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Considerações gerais sobre avaliação no cotidiano escolar. **IP – Impressão Pedagógica**, Curitiba, n. 36, p. 4-6, 2004.

SANTOS, Akiko; SANTOS, Ana Cristina S. dos. Prova! Para quê? **Semanário Rural Semanal**, mar. 2001. Disponível em <http://www.ufrj.br/leptrans/arquivos/PROVA_Para_que_Reencantar_Educacao.pdf>. Acesso em: jun. 2012.